



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio
Cultural
ISSN: 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Gonçalves Soares, Joélcio; Cardozo, Poliana Fabíula; Lüders Fernandes, Diogo; Holm,
Carla Caroline
Planejamento participativo do turismo em comunidades rurais: Estudo comparativo entre
as comunidades étnicas de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum no Paraná, Brasil
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 15, núm. 4, octubre, 2017, pp. 897
-911
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88153351010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Planejamento participativo do turismo em comunidades rurais: Estudo comparativo entre as comunidades étnicas de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum no Paraná, Brasil

Joélcio Gonçalves Soares*

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Brasil)

Poliana Fabíula Cardozo**

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Brasil)

Diogo Lüders Fernandes***

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Brasil)

Carla Caroline Holm**

Universidade Estadual do Paraná (Brasil)

Resumo: Este artigo teve como objetivo efetuar um estudo comparativo através da análise dos processos de desenvolvimento turístico envolvendo elementos inerentes a participação em três comunidades étnicas situadas no Estado do Paraná (Brasil), sendo estas: Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum. Para isso utilizou-se como procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica; b) busca de dados em fontes documentais e entrevistas nas comunidades; c) análise dos dados por meio do emparelhamento teórico-prático com base nos princípios de desenho de Ostrom (2011); e d) análise comparativa a partir dos aportes de Bloch (1983). A partir da análise e cruzamento dos dados, foi possível alcançar o objetivo geral da pesquisa, inferindo sobre as peculiaridades e dificuldades que envolvem a organização e desenvolvimento do turismo de forma participativa.

Palavras-Chave: Comunidades; Turismo; Planejamento turístico participativo; Paraná (Brasil).

Participatory planning of tourism in rural communities: comparative study among ethnic communities, Paraná, Entre Rios and Witmarsum in Paraná, Brazil.

Abstract: This article aimed to do a comparative study by analysis of the tourism development processes involving elements inherent in participation in three ethnic communities located in the State of Paraná (Brazil), Castrolanda, Entre Rios and Witmarsum. To that used as methodological procedures: a) bibliographical research; b) Documental research and interviews in the communities; c) analysis of data by means of theoretical-practical pairing on the basis of the principles of design by Ostrom (2011); and d) comparative analysis from Bloch (1983). From the analysis and cross-it was possible to achieve the overall objective of the research, inferring on the peculiarities and difficulties involving the organization and development of tourism so as participatory.

Keywords: Communities; Tourism; Participatory tourism planning; Paraná (Brazil).

* Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR; E-mail: joelciosoares@yahoo.com.br

** Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná; E-mail: polianacardozo@yahoo.com.br

*** Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná

**** Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste Brasil); E-mail: karolholm@hotmail.com

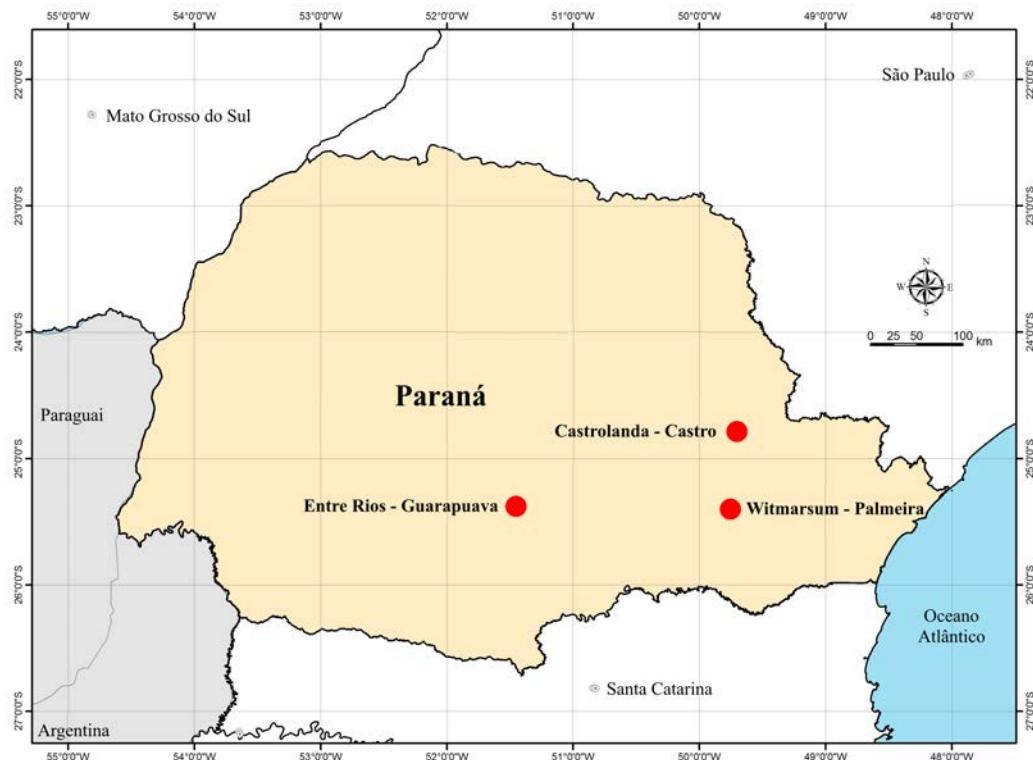
1. Introdução

O turismo rural comunitário, enquanto fenômeno social que dinamiza economias de comunidades locais, pode ser compreendido como um importante vetor de desenvolvimento quando devidamente planejado. Por meio de sua organização e exploração, comunidades, cidades e/ou municípios podem ser beneficiados a partir da criação de postos de trabalho e por consequência aumento da renda dos autóctones, através da movimentação direta e indireta de diversos setores da economia.

No entanto, é importante mencionar que àqueles que desejam ter retornos positivos advindos a partir do turismo devem traçar objetivos e metas a serem alcançadas, se utilizando do planejamento turístico com vistas a gerir de forma responsável a atividade. Por tratar-se de um setor que utiliza os ambientes natural, cultural e social como sua principal matéria prima, o planejamento do turismo rural comunitário deve ser realizado com a participação do maior número de interessados, pois ninguém comprehende melhor as dinâmicas e contextos locais que os que habitam as comunidades, e, portanto, torna-se imperativo que estes estejam envolvidos no processo de planejamento da atividade com vistas ao desenvolvimento sustentado dos locais turísticos.

Compreendendo, assim, sobre a importância do planejamento e do envolvimento das comunidades locais, este artigo tem como objetivo efetuar um estudo comparativo através da análise dos processos de desenvolvimento turístico envolvendo elementos inerentes a participação em três comunidades étnicas situadas no Estado do Paraná, sendo estas: Castrolanda (holandeses) Entre Rios (alemães suábios) e Witmarsum (alemães menonitas) (Figura 1).

Figura 1 – Localização das comunidades objeto de estudo



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Embrapa (2017).

As comunidades tomadas para este estudo apresentam características particulares entre si, já que são criadas após o primeiro grande ciclo migratório que ocorre para o Estado do Paraná, o qual teve

início com a fundação da comunidade de alemães em Rio Negro em 1829, até o estabelecimento da comunidade holandesa de Carambeí em 1911 (Balhana *et al.*, 1969). Diferente do que ocorre com as comunidades criadas neste ciclo iniciado no século XIX, que em sua maioria apresentaram problemas em razão da falta de planejamento, as comunidades aqui tomadas como objeto de estudo foram instaladas de forma planejada, e calcadas nos ideais do cooperativismo. Este ciclo migratório ao qual estão ligadas as comunidades de Castrolanda, Witmarsum e Entre Rios, Wachowicz (2002, p. 156) vai nomear como “Imigração Moderna”.

Salientando sobre a formação destas três comunidades, Balhana *et al* (1969) afirma que estes foram, dentre outros movimentos de colonização que ocorrem a partir de 1950, os mais importantes, que assinalam uma fase positiva se referindo a novos empreendimentos agrários envolvendo imigrantes. Quando da sua formação e desenvolvimento, tiveram como base atividades agropecuárias – cultivo de milho, soja e atuação forte no ramo laticínios no caso de Castrolanda e Witmarsum; e agronegócio baseado em grãos com destaque para cevada no caso de Entre Rios. Estas características envolvendo suas atividades econômicas são observadas, também, na conjuntura contemporânea das comunidades.

Apesar das similaridades, quanto a sua gênese e forma de organização em cooperativas e atividades de produção, atualmente as três comunidades se diferenciam em relação a estrutura e ao tamanho. Tais características são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Características das comunidades estudadas

Características da Cooperativa	Witmarsum	Castrolanda	Entre Rios
<i>Nome da Cooperativa</i>	Cooperativa Mista-Agropecuária Witmarsum	Cooperativa Castrolanda	Cooperativa Agrária
<i>Número de Cooperados</i>	330	837	600
<i>Número de Colaboradores</i>	Dados não fornecidos	1324	1100
<i>População</i>	2000	3000	8962
<i>Urbano/Rural</i>	Rural	Urbano	Urbano
<i>Empreendimentos Turísticos</i>	24	5	7
<i>Museu</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Associação de Moradores</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Conselho ou Associação de turismo</i>	Não	Sim	Não
<i>Ano de início da atividade turística</i>	2002	2003	2003
<i>Principais atividades econômicas atuais</i>	Agropecuária e turismo	Agropecuária	Agronegócio

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados adquiridos via entrevistas.

O turismo passa a fazer parte destas comunidades a partir de 2002, quando ocorre no Estado do Paraná a implementação do Programa de Turismo Rural Cooperativo – PTRC, uma iniciativa da Sescoop – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, por meio de um parceria como o então Ministério do Esporte e Turismo (Mielke, Gandara e Serra, 2008). Tal programa foi aplicado em comunidades que apresentavam potencialidades para o turismo rural comunitário, com vistas a capacitar-las para o desenvolvimento da atividade. O propósito final do programa, após a capacitação dos grupos de interessados de cada comunidade, era a criação de instituições cooperativas e/ou associativas que gerenciariam o turismo rural nestas comunidades, dando sequência no seu fomento após o término da aplicação das ações do PTRC. A escolha das comunidades para aplicação do PTRC não se dá ao acaso, pois os ideais do programa se relacionavam com os desenvolvidos pelas comunidades, envolvendo o cooperativismo.

A partir das ações desenvolvidas envolvendo o PTRC, o turismo passa a ser encarado como uma atividade econômica alternativa para geração de renda agregada nestas comunidades – de forma mais evidente em Witmarsum, devido a sua situação econômica nos anos 2000, e de forma mais incipiente em

Entre Rios e Castrolanda. As lides tradicionais são mantidas, e o turismo rural comunitário por tratar-se de uma atividade que se utiliza de elementos pré-existentes nas comunidades para sua promoção, toma o conjunto patrimonial composto por bens materiais e imateriais relacionados à cultura e as formas de trabalho destes imigrantes como parte de seus atrativos.

Quanto a tipologia de turismo desenvolvida a partir do PTRC nestas comunidades, o turismo rural comunitário pode ser apreendido como um modelo no qual a comunidade e seus membros são protagonistas e “[...] possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos [...] se preocupando com o envolvimento participativo”. Organizadas por meio de conselhos, associações e/ou cooperativas, as comunidades aumentam as possibilidades de melhorar suas situações econômicas e sociais, devido às oportunidades criadas pelo grupo e para o grupo, a partir das suas características socioculturais e ambientais (Coriolano, 2009, p. 283).

Neste sentido, observa-se que o turismo rural comunitário, por meio de suas diretrizes, pode assegurar “[...] a participação das pessoas das comunidades” por meio de “planejamento descentralizado e associativo” sendo encarado também como “[...] um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar” (Coriolano, 2009, p. 284).

Tendo em vista suas características específicas, e por se apresentar como uma atividade relativamente recente, surgem questionamentos sobre como se dá o desenvolvimento do turismo rural comunitário nestas três comunidades, e até que ponto os processos participativos apregoados pelo PTRC foram desenvolvidos e tiveram êxito. Neste sentido é que justifica-se a importância deste estudo comparativo, já que a análise e apreensão das dinâmicas de cada localidade isoladamente, e sua posterior análise comparativa, envolvendo os resultados alcançados por cada comunidade inerentes ao processo participativo de organização, podem se apresentar como contribuições de relevo para se pensar em modelos de planejamento participativo que tenham mais eficácia para a organização turística de comunidades.

Quanto a estrutura deste artigo, primeiramente é apresentada a metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente tem-se uma discussão conceitual sobre planejamento turístico e formas de organização participativa. Seguindo com o estudo, são apresentados os aportes teóricos de Elinor Ostrom para o estudo de comunidades, envolvendo formas participativas de organização de suas atividades socioeconômicas, que são encarados neste trabalho como base teoria e pressuposto metodológico (Princípios de desenho) para análise das comunidades. Finalizando o estudo tem-se os resultados da pesquisa, com a apresentação do estudo comparativo sobre os processos coletivos de organização do turismo, seguidos das considerações finais e referências.

2. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como de cunho “qualitativo” (Veal, 2011: 75), e sua construção ocorreu a partir de quatro etapas.

A primeira etapa envolveu como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Foram buscados livros, artigos entre outros trabalhos acadêmicos que apresentassem abordagens que interessassem a pesquisa, tendo como temas chave: a) turismo rural comunitário; b) planejamento participativo para o desenvolvimento do turismo em comunidades; c) planejamento turístico; e d) Ação coletiva e uso comunitário de recursos. A partir desta etapa foi possível construir o referencial conceitual e metodológico da pesquisa.

A segunda etapa teve como objetivo levantar dados sobre as comunidades. Foram utilizados três procedimentos metodológicos distintos. Primeiro ocorreu a pesquisa em fontes documentais (dados primários presentes em documentos fornecidos por membros das comunidades). Num segundo momento se deu o levantamento de dados secundários a partir de bibliografia local e regional sobre as comunidades, com vistas a apreender sobre sua história e as dinâmicas que envolveram o trabalho com o turismo. Cabe salientar, que a escolha das comunidades para este estudo teve como critérios: a) sua participação no Programa de Turismo Rural Cooperativo – PTRC; b) o estágio de desenvolvimento da atividade turística; e c) as diferentes características étnicas envolvendo sua gênese. Na terceira fase desta etapa ocorreram as entrevistas com membros das comunidades. Foram entrevistados: dois indivíduos em Witmarsum (um líder local e proprietário de agência de turismo receptivo, e uma proprietária de empreendimento de hospedagem); dois indivíduos em Castrolanda (uma pessoa que é responsável pelo museu local e por organizar parte das visitas na comunidade; uma proprietária de pousada local); um indivíduo em Entre Rios (responsável pela fundação cultural local, que compreende o turismo). Foram desenvolvidas “entrevistas em profundidade” se utilizando de “roteiro de perguntas especificadas” (Veal, 2011 p. 270). A

escolha dos entrevistados ocorreu a partir de dois critérios: a) ter participado da capacitação do Programa de Turismo Rural Cooperativo – PTRC; e b) a partir do seu envolvimento atual e conhecimento sobre a atividade turística da comunidade.

A terceira etapa envolveu a análise dos dados levantados por meio do emparelhamento teórico-prático com base nos aportes teóricos apregoados por Ostrom (2011), denominados como princípios de desenho, os quais são apresentados na seção teórica deste estudo. Este processo se deu isoladamente sobre cada comunidade.

A quarta etapa consistiu na análise comparativa sobre os resultados de cada comunidade, obtidos a partir da terceira etapa da pesquisa, tendo como variáveis comparativas a situação da comunidade envolvendo isoladamente e de forma relacionada os princípios de desenho de Ostrom (2011). O objetivo maior foi compreender similaridades e diferenciações nos processos de desenvolvimento do turismo por meio de processos participativos. Para isso tomou-se como base o método comparativo a partir dos pressupostos e diretrizes colocados por Bloch (1983), que salienta que a aplicação deste método consiste “[...] em buscar [...] as semelhanças e as diferenças que apresentam duas e/ou mais séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos” (p. 53). Pelo entendimento de Block (1983) o método comparativo permite ao pesquisador apreender como dinâmicas que possuem traços análogos, mesmo tendo se dado em espaços e contextos de influências diferenciados e/ou parcialmente similares, apresentam semelhanças e/ou diferenças e como estas se estruturam.

Assim, a partir do desenvolvimento de cada etapa proposta, da análise e cruzamento dos dados levantados, foi possível alcançar o objetivo geral da pesquisa, efetuando o estudo comparativo através da análise dos processos de desenvolvimento turístico envolvendo elementos inerentes a participação.

3. Planejamento turístico e formas de organização participativa

Ao tratar sobre planejamento, Barreto (2005, p. 31) vai salientar que este se apresenta como “[...] um processo científico e implica um certo grau de previsão baseado no estudo dos fatores estruturais e conjunturais, não devendo ser confundido com profecia, com especulação futurista ou como promessa de palanque” ou seja, é dizer que o processo deve ser conduzido de forma coerente, em toda sua organização/estruturação e implementação.

Ao relacionar o planejamento enquanto ferramenta para o desenvolvimento e o turismo como atividade econômica e social, Molina (2001, p. 46) vai salientar que planejar o turismo incorre num “[...] processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico. Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores de um país”.

Partindo destas premissas, o planejamento turístico pode ser entendido como uma ação que visa a melhora de uma realidade futura, de forma racional, e no turismo esta ação se refere ao ordenamento da atividade por meio de propostas passíveis de controle desde o início do processo. Planejar requer análises cuidadosas para que os objetivos propostos e as ações a serem efetivadas obtenham sucesso. Por meio deste combinado de informações, estratégias e propostas é que torna-se possível prognosticar a realidade turística de dada localidade, direcionando seus rumos para busca de resultados cada vez mais positivos.

O uso coerente do processo de planejamento se configura como a forma de assegurar o ordenamento e desenvolvimento da atividade, buscando criar um elo entre as partes que compõe a estrutura turística, seja ela local ou regional. Entende-se, desta feita, que o planejamento além de apontar os caminhos a serem percorridos por determinada comunidade, pode se apresentar como elemento importante para o envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento da atividade, desde que haja harmonia e acertos entre os anseios dos envolvidos, fazendo com que todos sejam de alguma forma beneficiados (Barreto, 2005; Petrocchi, 2009).

Observa-se assim que o planejamento se configura como uma ferramenta primordial quando se trata do desenvolvimento de ações envolvendo o turismo, ainda mais quando se tem como objetivo organizar formas participativas de gestão. Se na organização de um empreendimento de forma isolada já são necessárias ações planejadas, ao se pensar na escala de uma comunidade o processo se torna indispensável, pelo fato de envolver interesses diversos, devido aos distintos investimentos que serão feitos, exigindo muitos estudos para que as facilidades sejam organizadas de acordo com a realidade local e facilitando o trabalho e/ou favorecendo cada empreendimento/atrativo envolvido (Méndez & Martínez, 2002; Nel-Lo, 2008).

Nesta perspectiva, para que o turismo atenda às necessidades/expectativas da comunidade envolvida, é preciso que representantes de todos os grupos de interessados participem do processo de planejamento do turismo rural comunitário, uma vez que a partir disso é que se dará voz e vez a todos aqueles que serão direta ou indiretamente afetados pelos reflexos da atividade (Souza, 2002; Nel-Lo, 2008). Este processo de envolvimento que tem como perspectiva a mudança de uma dada realidade, pode ser entendido como planejamento participativo, que para Tonon e Cardozo (2011, s/p.) concerne “[...] a participação que envolve todos os grupos diretamente relacionados com a atividade no local, sendo os órgãos de turismo, representantes da atividade e comunidade em si” pensando na “[...] sustentabilidade baseada no equilíbrio que deve haver basicamente entre meio ambiente, economia e outros aspectos sociais, planejando para que este tripé se desenvolva sempre em conjunto”.

Molina (2001) apresenta algumas características centrais desta tipologia de planificação turística, sendo estas: a) deverá apresentar objetivos e metas que contemplem os anseios de todos os envolvidos; b) o plano, programas e projetos são fruto da ação da sociedade; c) deverá contribuir de forma direta para suprimir possíveis conflitos; e d) deve ter como norte a valorização do meio onde se incorrer suas ações.

Ao contemplar estes itens supracitados, Molina (2001) afirma que o desenvolvimento do turismo por meio de processos participativos poderá contribuir para que a comunidade, passe de forma integral a se autoconhecer e aprender cada vez mais, compreendendo a própria realidade da comunidade e também a de cada um dos envolvidos no processo (Irving, 1999; Cardozo, 2008).

Observa-se assim, que pensar no planejamento participativo do turismo se refere a compartilhar com o saber de cada envolvido para a execução de uma proposta que atenda as reais necessidades do lugar turístico, bem como dos que nele habitam. Planejar de maneira participativa quer dizer contar com a cooperação dos sujeitos para uma melhora da realidade futura, baseando-se na realidade existente e direcionando estratégias de ações para mudá-la positivamente após intervenções relacionadas à atividade turística. Dito disso, compreende-se que a cooperação e participação efetiva são elementos fundamentais para que o turismo consiga trazer transformações positivas na localidade que deseja explorá-lo (Nel-Lo, 2008; Stock & Fernández, 2010).

A partir desta reflexão é possível perceber a importância de haver planejamento participativo do turismo para que a atividade consiga trazer benefícios para toda a comunidade. Desta forma, o turismo será bom não apenas para aquele que visita dada localidade, mas principalmente para os residentes que poderão perceber melhorias significativas em estruturas que são de seu uso cotidiano.

Tendo aprendido sobre características e possibilidades do planejamento participativo, passa-se agora para a discussão envolvendo alguns pressupostos que podem ajudar a desenvolver e gerenciar ações participativas, os quais foram criados por Elinor Ostrom.

4. Processos participativos e desenvolvimento socioeconômico de comunidades: os pressupostos teórico-metodológicos de Elinor Ostrom para análise

Quando se trata de processos cooperativos e ação coletiva, Elinor Ostrom (2011[1990]) é uma das principais referências envolvendo o debate contemporâneo, seja nas ciências sociais ou humanas, já que ela consegue estruturar uma discussão tomando elementos-chave destas duas grandes áreas do conhecimento, alcançando resultados importantes no que se refere aos processos que se dão no seio de comunidades envolvendo a ação coletiva, processos cooperativos e uso de recursos comunitários.

Ostrom (2011), dedicou grande parte de sua vida acadêmica ao estudo sobre tais temáticas, sendo sempre enfática ao registrar que a participação dos sujeitos reflete diretamente na gestão dos recursos comunitários. Defendeu arduamente a importância de congregar todos os interessados no processo de planejamento e operacionalização de qualquer atividade comunitária. Segundo a autora (2011), quando se trabalha com formas coletivas, é indispensável a presença da coletividade na tomada de decisão acerca do que e como fazer.

O objetivo central de Ostrom (2011), que envolve a construção de parte de sua teoria, se referiu a compreender como algumas comunidades conseguem obter êxito envolvendo o uso comunitário de recurso a partir da ação coletiva, tendo outras que não alcançam tal feito. Para isso primeiramente a autora (2011) partiu de um estudo empírico – em comunidades que se enquadravam na temática proposta – assim como de laboratório – se utilizando da técnica de meta-análise, no qual ela analisou inúmeros estudos de caso sobre uso comunitário e ação coletiva desenvolvidos por outros estudiosos e grupos de pesquisa. A partir disso ela levantou variáveis que estavam presentes nas comunidades, com a finalidade de compreender que elementos existiam quando se tinha êxito na ação, assim como aqueles que inexistiam nas comunidades que fracassavam no processo cooperativo.

A partir de suas análises, Ostrom (2011, p. 74) “desenvolveu conjecturas fundamentadas sobre as causas que fazem com que alguns indivíduos se auto-organizem para administrar seus recursos, embora outros não tenham a mesma atitude”. Como resultado dos seus estudos, a autora estruturou pressupostos para análise de comunidades, os quais denominou como “princípios de desenho”. Segundo ela, os princípios devem ser entendidos “como elemento ou condição essencial que permite explicar o êxito das instituições para gerenciar um sistema de recursos de uso comum e sustentar o cumprimento das regras de uso, geração após geração de usuários” (Ostrom, 2011, p. 168).

Estes princípios podem ser considerados uma descoberta tanto teórica quanto metodológica, já que, como no caso do presente estudo, eles se apresentam, também, como pressupostos para análise das comunidades onde processos de ação coletiva ocorrem. Sendo assim, segue-se com sua apresentação.

Para Ostrom (2011) o ponto inicial do sucesso de qualquer atividade de ação coletiva é a existência de uma instituição que irá gerenciar e organizar tais ações com base em oito princípios de desenho. O primeiro princípio, trata dos limites a serem definidos quanto ao número de indivíduos que estarão autorizados a praticar tal atividade e quais são as ações que devem ser executadas por cada um. A ausência destas indicações podem proporcionar incertezas que dificultarão o entendimento do que e para quem se estará gerindo a ação, além de dificultar a distribuição dos benefícios coletivos (Ostrom, 2011, p. 169).

No caso do turismo rural comunitário tal definição se torna relevante uma vez que a saturação da oferta de equipamentos e serviços turísticos em uma comunidade poderá acarretar no acirramento da competitividade e consequentemente na necessidade da redução dos ganhos econômicos, sociais e ambientais.

O segundo princípio do desenho consiste na coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições locais. Tais regras devem restringir a quantidade de empreendimentos assim como a forma de apropriação dos recursos que se pretende utilizar, de modo a proporcionar a manutenção dos recursos e os benefícios de seu uso equilibrados de forma equitativa entre os empreendimentos ou indivíduos que os utilizam (Ostrom, 2011, p. 170).

Com base no estudo antecipado da realidade de cada recurso é importante que se defina a forma de uso dos mesmos. Na prática do turismo rural comunitário esta definição deve se dar pela delimitação de regras de como utilizar os recursos para manutenção de sua atratividade, assim como o reconhecimento do mercado que se quer atingir e da quantidade de cada tipo de empreendimentos que se deve implantar na localidade, para não saturar e reduzir os ganhos individuais e coletivos, onde a competitividade entre os mesmos tipos de serviços não venham a minar a forma de trabalho e organização das ações coletivas da comunidade.

O próximo princípio de desenho indicado por Ostrom (2011, p. 171) refere-se aos acordos de escolha coletiva, que significa que os indivíduos diretamente envolvidos nas regras e nos limites anteriormente descritos podem e devem participar de forma coletiva de suas definições e modificações caso necessário. No turismo rural comunitário tal princípio é importante, uma vez que os indivíduos envolvidos diretamente na sua prática possuem o entendimento e o conhecimento das realidades locais, indicando suas potencialidades e restrições, podendo indicar as alternativas de uso baseadas nas circunstâncias únicas de cada comunidade, adaptando as normas e orientações existentes a um contexto espacial e temporal específico.

O monitoramento consiste no quarto princípio do desenho estipulado por Ostrom (2011, p. 173) para o sucesso das instituições de ação coletiva, e se dá tendo em vista o controle dos apropriadores e das formas de uso que estão fazendo dos recursos de uso coletivo, de modo a manutenção das regras e dos limites definidos e o aumento da confiança entre os indivíduos, fiscalizando a relação entre os ganhos e as perdas entre os usuários, ocorrendo a distribuição das mesmas de forma igual entre os envolvidos no processo, sendo importante que este monitoramento permaneça nas mãos dos próprios usuários e não nas de órgãos externos.

Quando da prática de ações coletivas no turismo rural comunitário, o monitoramento é um princípio primordial, por se tratar de uma atividade de serviços que utiliza recursos que devem manter sua atratividade, e que a competitividade entre os empreendimentos é uma realidade, em vista que a demanda muitas vezes é sazonal e limitada, é importante que a distribuição dos ganhos e a manutenção da atração possibilitem a continuidade das práticas econômicas voltadas ao turismo na localidade.

O quinto princípio de desenho concerne às sanções graduais, as quais são estipuladas pela instituição que gerencia os recursos e as práticas de ações coletivas, para por meio do controle poder manter a participação de todos os usuários mediante as regras e limites estipulados, punindo de forma adequada ações que se encontram em desacordo com as mesmas. Tal monitoramento deve se dar por usuários que

de forma voluntária buscam manter as normas visando ao bom funcionamento do sistema e a proteção dos recursos comuns (Ostrom, 2011, p. 173).

O princípio da sanção gradual na atividade turística em comunidades, intenta inibir a violação das regras e limites, de modo a salvaguardar o desenvolvimento de forma harmoniosa entre os indivíduos e o meio onde esta prática ocorre, proporcionando um funcionamento mais equilibrado e benéfico do turismo para as comunidades que o gerenciam de forma participativa e coletiva.

O sexto princípio de desenho se refere aos mecanismos da resolução de conflitos. Este se fundamenta na necessidade da participação dos usuários na formação de esferas locais e de baixo custo que venham a diligenciar e solucionar conflitos que surjam entre os usuários e as autoridades. Na tentativa de expor os conflitos e suas soluções e que estes sejam de conhecimento da comunidade para que sua resolução se dê imediatamente, limitando assim as divergências e aumentando a confiança entre os membros participantes (Ostrom, 2011, p. 182).

No turismo rural comunitário é comum a existência de conflitos de diversas naturezas, estes devem ser solucionados na tentativa de estimular o trabalho em conjunto e a parceria no atendimento ao turista, uma vez que o mesmo avalia a localidade visitada como um todo e não por serviços e equipamentos separados. Assim, é importante que haja uma integração entre os indivíduos que oferecem os serviços turísticos na comunidade para melhor atender aos visitantes, possibilitando uma avaliação da comunidade como destinação turística por meio da junção dos serviços com os atrativos existentes, proporcionando aos turistas experiências de qualidade única.

O sétimo princípio de desenho de Ostrom (2011, p. 183), refere-se ao reconhecimento mínimo do direito de organização, sendo que as regras e limites criados pelos usuários necessitam de reconhecimento do governo local, de modo que a organização da instituição pelos participantes não seja questionada pelas autoridades externas. Na prática do turismo rural em comunidades este princípio pode ser aplicado em partes, as normas e orientações, quanto a limitação da prática do turismo do ponto de vista econômico, ambiental, social e cultural, podem ser estipuladas pela instituição desde que não estejam em desacordo com leis municipais, estaduais e federais.

O último princípio do desenho constitui na existência de empreendimentos aninhados, ou seja, a instituição deve estar organizada em níveis diferentes de entidades que venham a elaborar e executar os limites, as regras, o monitoramento e as sanções, de modo a facilitar a gestão e o planejamento interdependentes entre as unidades (Ostrom, 2011, p. 184). Tal prática no turismo rural comunitário deve possibilitar uma gestão mais organizada e participativa com foco nas especificidades de cada comunidade, buscando soluções locais para problemas que venham a ocorrer, engajando no processo de planejamento e execução da atividade turística entidades regionais/estaduais e/ou federais representativas, envolvendo troca de informações e conhecimentos, num processo de intercooperação.

A partir da aplicação dos princípios de desenhos de Ostrom (2011) vê-se a possibilidade do desenvolvimento do turismo rural comunitário de forma cooperativa. Certamente que necessita-se da participação dos indivíduos envolvidos diretamente com a prática turística, em uma gestão e planejamento institucionalizado de modo participativo, proporcionando soluções locais para conflitos, aumentando a confiança entre os usuários, na tentativa de propiciar a distribuição dos benefícios advindos do turismo de maneira equilibrada e igualitária nesta prática de ação coletiva.

Esses princípios aqui apresentados foram utilizados para analisar as comunidades objeto de estudo deste artigo. Na seção que segue, são apresentados os resultados de cada comunidade, assim como a análise comparativa entre Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum.

5. Semelhanças e diferenciações nos processos participativos de desenvolvimento do turismo nas comunidades: análise a partir dos princípios de desenho de Ostrom (2011)

O intuito desta seção é apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida em cada comunidade objeto de estudo, tendo como parâmetro para compreensão dos processos participativos de organização e desenvolvimento do turismo os aportes de Elinor Ostrom (2011), os quais ela denomina como princípios de desenho, e que foram apresentados na seção anterior deste artigo. A conjuntura concernente aos princípios de desenho é apresentada em dois quadros, tendo em cada um a descrição sobre quatro princípios, tendo na sequência a análise comparativa entre os resultados obtidos, tendo em vista apontar as semelhanças e diferenciações apresentadas. Inicia-se a análise com a apresentação do Quadro 2, onde tem-se a comparação sobre a situação/conjuntura de cada comunidade envolvendo os quatro primeiros princípios de desenho.

Quadro 2 – Conjunturas apresentadas pelas comunidades: Princípios de um a quatro

Princípio de desenho	Comunidade	Castrolanda	Entre Rios	Witmarsum
1. <i>Limites Claramente definidos</i>	A comunidade tem uma Associação de Moradores, a qual congrega diversos conselhos, dentre eles o Conselho de Turismo. As intervenções deste conselho ocorrem quando da análise de proposta de instalação de novos empreendimentos entre outros aspectos. Há limites definidos para o desenvolvimento do turismo a partir deste conselho.	Tais limites não são claros nem mesmo definidos. Isso se dá em razão da falta de diálogo entre os atores do turismo local, já que não existe uma instituição atuante com o intuito de coordenar a atividade.	Haviam limites claramente definidos por meio da Awitur – Associação Witmarsum de Turismo, instituição que fora criada em 2003. Porém, esta deixaria de atuar a partir do ano de 2010, devido a falta de participação dos membros, que passam a se dedicar exclusivamente a seus empreendimentos. A partir de então não se tem algo que sinalize sobre a existência de limites definidos envolvendo o turismo local.	
2. <i>Coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições locais</i>	As discussões sobre as regras a serem respeitadas para a implantação de novos empreendimentos no local, são levadas a sério e buscam avaliar a necessidade da comunidade como um todo e, sobretudo, se o empreendedor é morador da comunidade. O interesse da coletividade é levado em consideração.	Este princípio não está presente na conjuntura turística da comunidade. Primeiramente pela falta de uma instituição atuante, e em segundo pelo fato de o turismo não ser uma atividade primordial para comunidade.	Durante o período inicial de organização da atividade (anos de 2003-2004) observa-se uma preocupação quanto a como se daria o turismo, tendo em vista as condições da comunidade e de seus empreendedores, visando um trabalho integrado utilizando os potenciais locais. Tinha-se a Awitur, que era o espaço de discussões sobre os rumos do turismo. Após a extinção da entidade, este princípio deixa de estar presente.	
3. <i>Acordos de escolha coletiva</i>	As decisões que envolvem o turismo se dão a partir dos interesses coletivos, representados principalmente pela Associação de Moradores e Conselho de Turismo. Isso demonstra que na comunidade em questão há uma organização que busca fazer com que o turismo aconteça no local de maneira participativa.	Constatou-se que este princípio falha em Entre Rios, pois os empreendimentos trabalham de forma isolada, independente dos interesses das instituições presentes na comunidade.	Enquanto a Awitur se manteve atuante, haviam discussões sobre os rumos do turismo local, sobre quais seriam os principais produtos locais, sobre a utilização de atrativos como o museu, que é de uso coletivo. Após o encerramento das atividades da Awitur não se têm mais os acordos coletivos quanto aos rumos do turismo local.	
4. <i>Monitoramento</i>	O monitoramento está a cargo do Conselho de Turismo, versando principalmente pela manutenção dos elementos públicos da comunidade. O monitoramento sobre as ações dos empreendimentos ocorre somente quando de alguma forma podem afetar os interesses da comunidade.	Como não há acordos coletivos, em Entre Rios também não observou-se existência de monitoramento sobre os empreendimentos e suas ações.	O monitoramento sobre as ações e produtos comercializados pelos empreendimentos era feita pela Awitur até o ano de 2010. Após o encerramento das atividades da associação não se tem mais monitoramento.	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados adquiridos via entrevistas.

Observando o Quadro 2, ao tratar do princípio referente aos *Limites claramente definidos* tem-se situações diversas, as quais influem no desenvolvimento do turismo nestas comunidades. A existência de uma instituição, caso de Castrolanda, é importante, pois faz com que a comunidade de forma participativa ajude na tomada de decisões sobre os rumos do turismo. Entre Rios, sem uma instituição atuante, não tem o mesmo benefício que Castrolanda, contudo, aí cabe refletir sobre o pouco interesse envolvendo o turismo na comunidade – onde se dá prioridade às atividades do agronegócio – o que por si só, inviabiliza a existência de uma instituição atuante, e, por consequência, de limites definidos para o turismo. Witmarsum, apesar de no passado apresentar limites claramente definidos e geridos pela Awitur, a partir das dinâmicas que envolvem o desenvolvimento do turismo, desde 2010 passa a apresentar, por um lado, situação similar a de Entre Rios sem uma instituição, porém diversa de outro lado, já que o turismo na comunidade é mais expressivo, tanto se comparado a Entre Rios ou Castrolanda, tendo um número maior de empreendimentos – vinte e quatro equipamentos divididos entre alimentos e bebidas, hospedagem, lazer e artesanato – além de uma demanda bem mais assídua, que pode ser relacionada a fatores de localização, pois está há 60 quilômetros de Curitiba e Ponta Grossa, dois polos emissivos de turistas.

No que se refere ao princípio *Coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições locais*, observam-se situações diversas nas três comunidades. Porém, há que se considerar neste caso as condições locais, o contexto de cada comunidade envolvendo principalmente questões socioeconômicas, as quais influem nas dinâmicas ligadas a tal princípio e no turismo desenvolvido. Castrolanda e Entre Rios possuem cooperativas com uma atuação robusta, gerando dividendos para a população, envolvendo diversas atividades econômicas, e, neste sentido, o turismo é uma atividade que não representa ganhos que façam com que as comunidades se preocupem em procurar mecanismos para fomentá-la, a preocupação principal aqui é com a minimização da atividade, para não atrair uma demanda que venha impactar de forma negativa na comunidade.

Já Witmarsum tem uma situação econômica mais instável se comparada as outras comunidades, pois a crise que ocorreu no final da década de 1980 – e que para sua Cooperativa se estendeu pela década de 1990 – teve papel importante para a entrada do turismo enquanto atividade para geração de renda, não somente agregada, pois no caso de alguns empreendimentos, ela se apresenta como a renda principal para as famílias. Neste sentido, Witmarsum deu importância maior para o turismo, tanto que existia uma instituição própria para gerenciá-lo no nível local. Contudo, aqui a dinâmica se inverte, não é o pequeno número de empreendimentos que faz com que deixe de existir a coerência entre o turismo desenvolvido e as condições locais, mas sim o grande número de empreendimentos que vão sendo criados que fazem com que a coerência deixe de existir, motivada pela baixa da Awitur devido a baixa participação dos associados. As duas situações ora postas, dando panoramas similares de não alcance do princípio em situações contrárias de desenvolvimento, fazem refletir sobre as dificuldades que os processos participativos de gestão oferecem quando se trata do turismo rural comunitário.

No princípio *Acordos de escolha coletiva*, Castrolanda cumpre o propósito colocado, novamente devido a atuação do seu Conselho de Turismo. O turismo é planejado e operacionalizado buscando-se assegurar a continuidade do relativo sucesso de organização comunitária obtido até o presente momento, dando prioridade aos interesses da comunidade. Entre Rios, novamente destoa apontando uma situação de isolamento dos empreendimentos, que sinaliza para não existência de acordos coletivos. Esse fato pode ser justificado, novamente, pelo desinteresse da comunidade da ampliação do turismo enquanto atividade econômica. Witmarsum, apresenta momentos distintos, cumprindo o princípio enquanto a Awitur atuava, e após 2010, este princípio inexiste na comunidade, sendo que cada empreendimento toma suas decisões e atua de acordo com seus anseios, independente de um interesse coletivo do trade turístico local.

A inexistência deste princípio no momento não afeta diretamente o turismo de Entre Rios, pelo número menor de equipamentos que estão sendo movimentados pela demanda existente. Já para Witmarsum os acordos seriam pertinentes, pois o número de empreendimentos concorrentes, faz com que se necessite atrair gradativamente novos visitantes para possibilitar mantê-los em funcionamento. Por exemplo, se houvessem acordos coletivos por meios de discussões em grupo, se poderia, a partir de um diagnóstico da realidade do turismo, asseverar sobre que equipamentos se tornam necessários no momento e quais setores estão saturados, possibilitando a abertura de empreendimentos com maior possibilidade de êxito, envolvendo novas atrações/produtos ainda não explorados, fato que mesmo com pequeno número de empreendimentos é considerado por Castrolanda, única que possui diretrizes análogas ao princípio.

Ao tratar do princípio referente ao *Monitoramento*, cabe salientar que para sua existência há necessidade de acordos coletivos que tenham sido discutidos e colocados para serem seguidos pelos interessados sobre o turismo.

Em Castrolanda fica bastante clara a existência do monitoramento, no caso, não pensando somente na promoção e fomento do turismo, mas, tendo em primeiro plano os interesses da comunidade como um todo, envolvendo a vivência comunal, promovendo a atividade tendo como diretriz não modificar/ influenciar às dinâmicas envolvendo seus membros. Entre Rios ao não apresentar acordos coletivos, não tem como apresentar mecanismos de monitoramento, pois não há o que monitorar.

Em Witmarsum, entre 2003 e 2010, o monitoramento se dava tendo em vista os acordos que foram lavrados por meio da Awitur, envolvendo a atuação conjunta dos empreendimentos, onde todos deviam participar – como exemplo pode-se citar a organização de eventos que tinha, impacto sobre todos os empreendimentos da comunidade. Observa-se aqui um fator importante quando se trata do planejamento participativo, onde todos os beneficiados tinham o dever de cumprir com tarefas específicas envolvendo os trabalhos coletivos. A partir de 2010 este monitoramento deixa de existir.

O monitoramento ao se pensar no turismo desenvolvido de forma comunitária, é importante no sentido de promover ações que versem sobre a melhoria e/ou manutenção da qualidade dos produtos, buscando a partir de ações participativas elevar o padrão de serviços, promovendo uma oferta mais competitiva e de acordo com as potencialidades da comunidade.

Observa-se na análise destes quatro princípios apresentados, que Castrolanda apresenta elementos que cumprem com tais premissas. Entre Rios não cumpre com nenhum dos preceitos colocados. Já Witmarsum, tem uma situação diversa das outras comunidades, apresentando elementos que sinalizavam para o cumprimento destes princípios entre 2003 e 2010, momento em que a Awitur estava atuando, e, após sua extinção, a situação da comunidade é análoga a de Entre Rios, não apresentando mais elementos que sinalizem para a presença destes princípios analisados, com a atividade sendo desenvolvida sem processos participativos.

Seguindo com a análise dos dados, no Quadro 3 é apresentado o comparativo das conjunturas das comunidades quanto aos princípios de cinco a oito.

Ao tratar das *Sanções graduais*, importante salientar que estas dependem para sua existência, da presença de acordos coletivos e por consequência do monitoramento, sem a presença dos propósitos envolvendo estes princípios anteriores não há como existir um processo de monitoramento e aplicação sanções.

No caso de Castrolanda tem-se essa relação de princípios, porém, não se tem um delineamento concreto sobre quais seriam as sanções. Tal fato pode estar relacionado a pequena infraestrutura turística existente no local e, por isso, há pouca ou nenhuma constatação de irregularidades que prejudiquem a continuidade da exploração turística e a comunidade. Existe o monitoramento, por exemplo, sobre a criação de novos equipamentos, e, uma vez já asseverando sobre a possibilidade ou não de construção, se for negado o projeto, a sanção já está incluída pelo fato de impedir de construir. Ou seja, nesse caso o problema é resolvido antes dele se tornar uma realidade.

Em Entre Rios não há razão de existência do princípio, pois como salientado no Quadro 3, isso não é possível pela inexistência de acordos coletivos e monitoramento.

Já em Witmarsum, mesmo quando da existência da Awitur não se observa a proposta envolvendo as sanções sobre ações que não condizsessem com o acerto coletivo. Atualmente não se tem nenhuma manifestação, pela inexistência de uma instituição consultiva ou associativa envolvendo o turismo.

A existência de sanções graduais, partindo da premissa da organização de um grupo envolvendo o planejamento participativo, é necessária para promover a confiança e harmonia entre os membros do grupo.

Quanto aos *Mecanismos de resolução de conflitos*, nenhuma das comunidades apresentou uma conjuntura organizada para cumprir tal propósito.

Castrolanda promove uma resolução de possíveis problemas nas reuniões do Conselho, porém, não pode ser considerado como um mecanismo definido, pois não está colocado em um documento e não é de conhecimento da comunidade tal definição. Entre Rios não apresentou nenhuma manifestação envolvendo tal princípio. Já Witmarsum, pode-se afirmar que dependendo do conflito que esteja ocorrendo envolvendo o turismo, a associação de moradores pode trazer para discussão em suas assembleias, na busca de tentar solucionar determinado problema e/ou chegar num consenso entre as partes atingidas.

Quadro 3 – Conjunturas apresentadas pelas comunidades: Princípios de cinco a oito

Princípio de desenho	Comunidade	Castrolanda	Entre Rios	Witmarsum
5. Sanções graduais	Embora haja um grupo voltado ao planejamento e gestão do turismo, não há nenhum conjunto de punições claramente e/ou previamente definidas para àqueles que descumprirem as regras discutidas e traçadas pelo Conselho de Turismo.	Pela inexistência de uma acordos coletivos e monitoramento, inexistem sanções graduais.	Os acordos coletivos e o monitoramento são inexistentes na conjuntura atual da atividade turística. Neste sentido, não há como haver sanções graduais, ou seja, este princípio também não é observado envolvendo a atividade turística local.	
6. Mecanismos de resolução de conflitos	A maioria dos conflitos que surgem em relação ao turismo de Castrolanda são os de ideia, e tais divergências são resolvidas em reuniões do Conselho. Porém, não se tem um mecanismo definido de resolução dos conflitos devidamente estruturado e formalizado.	Não apresenta nenhum mecanismo para resolução de possíveis conflitos entre os membros da comunidade envolvendo o turismo.	Não há uma instituição/conselho que delibere sobre os conflitos envolvendo a atividade turística após a extinção da Awitur. Porém, a comunidade possui a ACMPW – Associação Comunitária de Moradores Proprietários de Witmarsum, que discute sobre o âmbito social de vivência da comunidade, podendo envolver o turismo.	
7. Reconhecimento mínimo dos direitos de organização	Possui um Conselho de Turismo bem organizado, constituído em parte por profissionais da área. Por seguir às normatativas que conduzem a atividade nos níveis local, regional, estadual e nacional, este conselho e as decisões nele tomadas são reconhecidas pelos agentes externos do setor.	Não apresenta nenhuma organização ligada diretamente ao turismo que tenha seus direitos reconhecidos perante outras esferas normativas da área.	No momento que a Awitur era atuante a mesma era reconhecida pelas instituições locais, inclusive tendo apoio, seja da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum ou da ACMPW. Hoje, pode-se colocar que isoladamente os empreendimentos são reconhecidos por estas instituições, porém, coletivamente o reconhecimento não ocorre pela falta de uma instituição representativa do turismo.	
8. Empreendimentos aninhados	Constatando a existência do Conselho de Turismo em Castrolanda, atesta-se que há uma relação direta deste com a Cooptur ² – Cooperativa Paranaense de Turismo, a qual atua no fortalecimento e agenciamento do turismo regional.	Não apresenta nenhuma instituição representativa e/ou aninhada atuante.	Quando era atuante, a Awitur era aninhada com a Cooperativa Paranaense de Turismo – Cooptur. Atualmente tem-se a ACMPW que é representativa na comunidade e consegue junto a Cooperativa local exercer certa representatividade e buscar desenvolver ações diretamente voltadas a comunidade, e que indiretamente podem incidir sobre o turismo.	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados adquiridos via entrevistas.

Como citado desde o início desta análise, a existência de uma instituição/organização que gerencia o processo participativo é de extrema importância. Porém, Ostrom (2011) considera que, além de sua existência e atuação, ela deve ser reconhecida por outras instituições e/ou estâncias de governo envolvendo a atividade desenvolvida. Assim, o princípio sétimo trata justamente do *Reconhecimento de direitos de organização*.

Ao tratar sobre este princípio, observa-se que somente Castrolanda possui uma instituição com direitos reconhecidos, que possui poder de ação interna sobre o turismo local, e que por ser um órgão consultivo da comunidade é respeitado por outros órgãos congêneres. Entre Rios novamente não apresenta nenhum resultado também acerca deste princípio.

Já Witmarsum teve no passado uma instituição reconhecida que organizava o turismo, a Awitur, porém, na atualidade a única instituição que pode de alguma forma atuar nos rumos do turismo e a associação de moradores, a qual é reconhecida na comunidade e pela instituição cooperativa local. No entanto, como salientado quando da discussão do princípio sexto, esta entidade se envolve principalmente se houver algum conflito, com vistas a resolvê-lo.

Finalizando a análise envolvendo os princípios de desenho de Ostrom (2011), tem-se a discussão sobre os *Empreendimentos aninhados*

Observando a conjuntura apresentada no Quadro 3, apreende-se que das três comunidades somente Castrolanda se destaca no contexto atual, devido a possuir um Conselho de Turismo local atuante. Entre Rios por não apresentar uma instituição, novamente não apresenta mais um ponto positivo quando se trata de processos participativos de gestão.

Witmarsum tem novamente a dinâmica ligada a Awitur, que quando atuou era aninhada com a Cooptur. Na atualidade, tem-se algumas ações da associação de moradores, porém, mais esporádicas em alguns assuntos de interesse da comunidade como um todo quando trata do turismo, entidade esta que é aninhada a cooperativa local.

Esta forma de reconhecimento e organização entre empreendimentos de diversas esferas, porém, com propósitos alinhados, possibilita troca de ideias e um trabalho participativo interinstitucional, promovendo a intercooperação, podendo gerar resultados positivos para as comunidades ao pensar no trabalho com o turismo rural comunitário.

6. Considerações finais

O turismo enquanto atividade que envolve as conjunturas social, cultural e ambiental em seu processo de organização e desenvolvimento, depende de um planejamento sério, com objetivos condizentes com a realidade dos locais, sempre partindo da premissa de que o interesse dos envolvidos e a proteção das peculiaridades das comunidades devem estar em primeiro lugar. Um planejamento que não preze por tais condições, pode promover uma atividade que ao invés de ajudar na melhora da qualidade de vida, acabe trazendo problemas.

Assim, como pode-se observar a partir dos casos apresentados, onde buscou-se compreender sobre o planejamento participativo nas comunidades de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum a partir de um estudo comparativo, é que o interesse da comunidade varia de acordo com suas necessidades, principalmente econômicas, quando se trata do trabalho com o turismo.

A análise comparativa possibilitou apreender, a partir de três contextos distintos, sobre as dificuldades de implementar o planejamento participativo, onde alguns pontos centrais devem ser considerados.

Castrolanda, única comunidade que apresentou propósitos concretos sobre seis princípios de desenho e em parte sobre dois (Sanções graduais e mecanismos para resolução de conflitos), pode ser entendida como a mais bem organizada turisticamente ao se tratar do planejamento de forma participativa. Isso se deve principalmente a existência de uma instituição atuante (Conselho de Turismo, vinculado a Associação de Moradores) a qual propõe diretrizes para o desenvolvimento da atividade. Apesar de envolver poucos membros da comunidade que dependem unicamente da renda do turismo, existe uma preocupação de promover um turismo que seja bom para todos os residentes naquele espaço, se preocupando desde quando se trata da constituição de novos empreendimentos, que dependem da aprovação do Conselho de Turismo. Isso demonstra maturidade da comunidade quanto a formas de organização participativa, onde o turismo rural comunitário acaba por ser uma das atividades pensadas coletivamente, com vistas ao melhor para a comunidade como um todo.

Destoando totalmente de Castrolanda, Entre Rios não vai apresentar nenhum propósito envolvendo os princípios de desenho de Ostrom (2011). Este fato se concretiza pela inexistência de uma instituição

que congregue o turismo. A atividade ocorre de acordo com o interesse dos empresários, que por serem poucos, fazem com que o turismo se dê de forma a não gerar desconforto para os membros da comunidade. Por este fato, é que não se tem uma visão participativa ainda sobre o turismo, já que ele não gerou situações incômodas aos membros, o que faria se repensar os rumos da atividade. Outro fato, que faz o turismo ser encarado dessa forma, é que a comunidade não tem um interesse sobre o fomento do turismo, já que as outras atividades econômicas desenvolvidas envolvendo sua cooperativa são prioritárias, e geram emprego e renda promovendo o desenvolvimento local, algo que a partir do turismo seria impensável na atual conjuntura.

Já Witmarsum apresenta uma situação diferenciada, tanto de Castrolanda como de Entre Rios. A comunidade foi a única das três a apresentar uma instituição (Awitur) que tinha como objetivo único promover o desenvolvimento do turismo rural comunitário. Sua atuação entre 2003 e 2010 foi primordial para a organização inicial da atividade, e como se observou, quando essa instituição existiu ela apresentava os propósitos envolvendo os princípios de desenho de Ostrom (2011). Isso fez com que muitos empreendimentos fossem criados, e a atividade se tornasse principal fonte de renda de um grupo de famílias. Certamente que fatores contextuais, como a crise que assolou as cooperativas agropecuárias no final da década de 1980 e durante a de 1990, fizeram com que a comunidade visse no turismo uma alternativa – não somente para crise econômica, mas também para diminuir o êxodo rural do jovens, que não queriam atuar nas atividades agropecuárias. Nesta organização inicial do turismo pode-se observar que houve planejamento e organização participativa, que se destaca ao se analisar os resultados das três comunidades.

No entanto, em Witmarsum, a própria forma de participação inicial, que faz com o turismo se desenvolva, gerou, pelo aumento gradativo do grupo, o problema que levaria ao isolamento dos empreendimentos e o desestruturação da Awitur. Com o aumento dos empreendimentos, e por consequência da concorrência entre estes, a instituição vai sendo deixada de lado, e cada empreendimento passa a caminhar sozinho. Assim, observa-se que a partir de 2010, com a desativação da Awitur, os propósitos de Ostrom (2011) não se apresentam mais na sua conjuntura turística.

Tem-se dois momentos distintos, o primeiro onde a instituição fora importante tendo princípios norteadores para um desenvolvimento participativo, porém, devido a esse trabalho, o turismo acaba tomando proporções onde a participação deixa de existir devido ao desinteresse dos associados, que passam a doar maior parte do seu tempo unicamente a seus empreendimentos.

Observa-se assim, a partir dos casos apresentados, que não há uma formula específica que possa ser seguida e que sobre a qual se terá certeza de resultados positivos quando se trata do planejamento participativo do turismo. Infere-se que a existência de uma instituição bem organizada é primordial para fazer com que a atividade participativa ocorra. Além disso, a comunidade tem que discutir e saber onde pretende ir com o turismo, e a partir disso a instituição central deverá planejar e apresentar diretrizes e metas para tornar o futuro desejado em realidade, sempre promovendo a participação, com limites, normas e acordos definidos para mediar possíveis conflitos, embasada nos anseios dos empreendedores que a constituem, e também, buscando alianças visando um processo de intercooperação.

Bibliografia

- Balhana, A.; Machado, B.; & Westphalen, C.
1969. História do Paraná (Vol. I). Curitiba-Paraná: Grafifar.
- Barreto, M.
2005. Planejamento responsável do turismo. Campinas-São Paulo: Papirus.
- Bloch, M.
1983. Pour histoire comparée des sociétés européennes. In: Bloch, M. *Mélanges historiques*. Paris, Serge Fleury e Editions de TEHESS.
- Cardozo, P. F.
2008. Planejamento turístico participativo: para além dos discursos uma proposta para execução. Revista *Virtual P@rtes*. Disponível em <http://www.partes.com.br/turismo/poliana/planejamentoturistico.asp>. (Consultado: 20/10/2015).
- Coriolano, L. N.
2009. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

- Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
2017. Mapa de localização da Unidade de Referência Tecnológica. Disponível em: <http://www.cnpq.br/nova/silpf/app.images/mapas/pr.jpg> (Consultado em: 20/03/2017).
- Irving, M. A.
1999. Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. *Espaço e Geografia* 2 (1), 135-141.
- Méndez, M. & Matínez A.
2002. El papel del cooperativismo en el turismo rural de la comunidad Valenciana. Ciriec-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa* (41), 183-212.
- Mielke, E. J. C.; Gandara, J. M. G. y Serra, M.
2008. O modelo cooperativo de governança para destinos turísticos: resultados práticos da análise de duas experiências no Brasil. In: *Anais do V Encontro Latino Americano de Cooperativismo*, Ribeirão Preto-SP, Brasil.
- Molina, S.
2001. Planejamento integral do turismo. Bauru-São Paulo: Edusc.
- Nel-Lo, M.
2008. Organización y características del turismo rural comunitario en Costa Rica. *Anales de Geografía* (28), 167-188
- Ostrom, E.
2011. El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva. (2a Ed.) México: FCE, UNAM, IIS.
- Petrocchi, M.
2009. Turismo: planejamento e gestão. 2 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Souza, M. J. L. de.
2002. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec.
- Stock, M. R. M. & Fernández, J. I. P.
2010. La gestión cooperativa del turismo en Brasil. El caso de la Cooperativa Paranaense de Turismo. Ciriec-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa* (67), 243-268
- Tonon, L. M. & Cardozo, P. F.
2011. A inserção do planejamento turístico participativo em políticas públicas de Turismo. Revista *P@rtes* (online). Disponível em: <http://www.partes.com.br/turismo/poliana/ptp.asp>. (Consultado: 22/06/2016).
- Veal, A. J.
2011. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. São Paulo: Aleph.
- Wachowicz, R. C.
2002. História do Paraná. 7 Ed. Curitiba-Paraná: Editora Gráfica Vicentina Ltda.

Notas

¹ A pesquisa da qual deriva este artigo teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para seu desenvolvimento.

² Uma descrição sobre características da Cooptur é apresentada em Stock e Fernández (2010).

<i>Recibido</i>	<i>10/08/2016</i>
<i>Reenviado</i>	<i>28/03/2017</i>
<i>Aceptado</i>	<i>31/03/2017</i>
<i>Sometido a evaluación por pares anónimos</i>	